



# Município de Canápolis - Prefeitura Municipal

Poder Executivo  
CNPJ N 18.457.200/0001-33

LEI Nº 2.656/2017.

<b>CERTIDÃO</b>
Certifico que procedi a divulgação mediante afixação no mural de publicações do átrio da Prefeitura Municipal de Canápolis - MG na data de <u>20</u> de <u>junho</u> de <u>2017</u>
Por ser verdade, firmo o presente.
Canápolis-MG, <u>20</u> de <u>junho</u> de <u>2017</u> <i>Edwardo Aparecido Santos Lima</i>

*“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”*

UALISSON CARVALHO SILVA, Prefeito de Canápolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica Municipal – LOM, faz saber que a Câmara Municipal, por seus representantes, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º.** Na elaboração dos Orçamentos do Município de Canápolis para o exercício financeiro de 2018 observar-se-ão as normas estatuídas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e as diretrizes gerais estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I-** as prioridades e as metas da administração pública municipal;
- II-** a estrutura e organização dos orçamentos;
- III-** as diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV-** as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V-** as disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- VI-** as disposições sobre a receita e alterações na Legislação Tributária;
- VII-** as disposições sobre a fiscalização pelo Poder Legislativo e sobre as obras e serviços com indícios de irregularidades;
- VIII-** demonstrativo do cumprimento das ações previstas nos programas da lei de diretrizes orçamentárias do exercício anterior;



## Município de Canápolis - Prefeitura Municipal

Poder Executivo  
CNPJ N 18.457.200/0001-33

- IX- dos gastos municipais;
- X- dos fundos especiais municipais;
- XI- das disposições finais.

### **CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 2º.** As metas e prioridades do Município por programas de governo para o exercício 2018, serão definidas na elaboração do Plano Plurianual Anual (PPA) 2018-2021 a ser entregue até o dia 31 de agosto do corrente ano.

### **CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 3º.** Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação da Prefeitura Municipal de Canápolis e da Câmara Municipal.

**Art. 4º.** O projeto de Lei Orçamentária Anual será composto de:

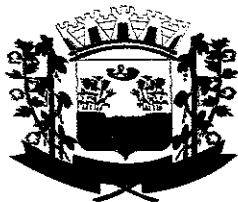
- I- mensagem;
- II- projeto de lei orçamentária;
- III- anexos correspondentes à lei.

**Parágrafo Único.** Integrarão a Lei Orçamentária Anual:

- I- sumário geral da receita por fonte e da despesa por funções de governo;
- II- sumário geral da receita e despesa, por categorias econômicas;
- III- sumário das receitas por fontes e respectiva legislação; e,
- IV- quadro das dotações por órgãos do governo e da administração;

**Art. 5º.** Constituem receitas do Município aquelas provenientes de:

- I- tributos de sua competência;
- II- rendas, aluguéis e dividendos;
- III- receitas de alienação de bens;



## Município de Canápolis - Prefeitura Municipal

Poder Executivo  
CNPJ N 18.457.200/0001-33

- IV- receitas industriais e de serviços;
- V- receitas de multas, juros e atualização monetária;
- VI- receitas financeiras da aplicação de seus ativos;
- VII- transferência por força de determinação constitucional ou de convênios firmados com entidades governamentais e privadas;
- VIII- contribuições sociais e econômicas;
- IX- empréstimos e financiamentos autorizados por lei específica.

**Art. 6º.** A estimativa da receita terá por base as demonstrações mensais, por rubrica, da arrecadação dos três últimos exercícios, bem como as circunstâncias de ordem conjuntural e outras, que possam afetar a produtividade de cada fonte.

**Art. 7º.** Constituem despesas do Município aquelas destinadas à manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral e aquisição ou constituição de bens de capital.

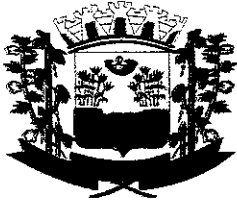
**Art. 8º.** No projeto de lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa.

### **CAPITULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

**Art. 9º.** A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

**Art. 10.** A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

**Art. 11.** Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar nº.



## Município de Canápolis - Prefeitura Municipal

Poder Executivo  
CNPJ N 18.457.200/0001-33

101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§1º. Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§2º. No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I- com pessoal e encargos patronais;

II- com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº. 101/2000.

§3º. Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

**Art. 12.** A Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2018 conterà autorização ao Executivo para:

I- realizar Operações de Crédito por Antecipação da Receita, para atender a insuficiência de Caixa;

II- abrir créditos suplementares às dotações do presente orçamento, até o limite máximo de 30 % (trinta por cento) da despesa fixada;

III- utilizar o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, o produto de operações de crédito autorizadas, o excesso de arrecadação, bem como anular, total ou parcialmente, dotações orçamentárias como recursos à abertura de créditos adicionais;

IV- transpor, remanejar ou transferir recursos de uma categoria de programação para outra ou de uma unidade para outra;

V- alterar recursos orçamentários de uma Fonte de Recurso para outra, dentro de uma mesma Dotação Orçamentária, sem onerar o limite disposto no inciso II, deste artigo;

VI- criar novas Fontes de Recursos.



## Município de Canápolis - Prefeitura Municipal

Poder Executivo  
CNPJ N 18.457.200/0001-33

**Art. 13.** Na programação da despesa, não poderão ser fixadas dotações, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

**Art. 14.** O Poder Executivo promoverá, com autorização da Câmara, as alterações e adequações de sua estrutura administrativa com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal.

**Art. 15.** É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação e outros, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

**§1º.** Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá enquadrar-se na Lei Federal nº 13019/2014 e no Decreto Municipal que a regulamenta, por se tratar do Marco regulatório das parcerias do Município com o terceiro setor.

**§2º.** As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização de Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

**§3º.** A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica, quando for o caso de identificar a entidade de forma específica a receber o recurso.

**§4º.** Poderá ser incluída dotação orçamentária no âmbito da respectiva parceria, quando for o caso de chamamento público nos termos da Lei 13.019/14, caso em que não será identificada a entidade beneficiada.

**Art. 16.** A inclusão, na Lei Orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos



## Município de Canápolis - Prefeitura Municipal

Poder Executivo  
CNPJ N 18.457.200/0001-33

os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

### **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DIVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 17.** A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos financiados e refinanciados, inclusive com a previdência social.

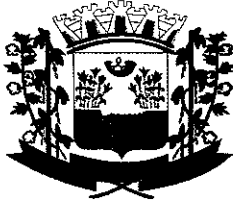
### **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS**

**Art. 18.** No exercício financeiro de 2018, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº. 101/2000 e nos incisos X e XI do artigo 37, da Constituição Federal.

**Art. 19.** Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19, da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º, do artigo 169, da Constituição Federal preservará servidores das áreas de saúde, educação, assistência social, saneamento e limpeza pública.

**Art. 20.** Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do artigo 22, da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde, saneamento e limpeza pública.

**Art. 21.** A Administração Municipal poderá no exercício financeiro de 2018:



## Município de Canápolis - Prefeitura Municipal

Poder Executivo  
CNPJ N 18.457.200/0001-33

- I- conceder, com autorização do legislativo, observado o limite disposto no artigo 20, da Lei Complementar 101/2000, reajuste de vencimentos, salários e proventos de aposentadoria dos servidores públicos municipais;
- II- contratar ou autorizar, por prazo determinado, hora extra, ajuda de custo ou gratificação, na forma prevista na legislação;
- III- contratar, por prazo determinado, pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público;
- IV- promover o provimento de cargos efetivos, atendidos os requisitos de habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos;
- V- promover o provimento de cargos em comissão;
- VI- criar, com autorização da Câmara, cargos de provimento efetivo e em comissão;
- VII- conceder auxílio-alimentação aos trabalhadores da administração municipal até o limite de 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida;

### **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 22.** A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2018 poderá contemplar medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base de tributação e consequente aumento das receitas próprias, com autorização legislativa.

**Parágrafo único.** A estimativa da receita mencionada no caput terá por base as demonstrações mensais, por rubrica, da arrecadação dos três últimos exercícios, bem como as circunstâncias de ordem conjuntural e outras, que possam afetar a produtividade de cada fonte.

**Art. 23.** A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:



## Município de Canápolis - Prefeitura Municipal

Poder Executivo  
CNPJ N 18.457.200/0001-33

- I- atualização da planta genérica de valores do Município;
- II- revisão da legislação aplicável aos tributos municipais;
- III- adequação da legislação municipal à reforma tributária realizada pelo Governo Federal.

**Parágrafo único.** Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo de resultado primário.

**Art. 24.** Se verificado, ao final de cada bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas, promover-se-á, nos montantes necessários, limitação de empenho, adotando-se os seguintes critérios:

- I- limitação total ou parcial de emissão de empenhos onerando dotação consignada para investimentos em obras;
- II- limitação total ou parcial de emissão de empenhos onerando dotação consignada para investimentos em equipamentos e material permanente.
- III- limitação total ou parcial de emissão de empenhos onerando dotações consignadas para diárias, despesas de viagens, materiais de consumo, prestadores de serviços pessoas físicas e jurídicas e serviços de consultoria, exceto aqueles destinados ao cumprimento dos limites constitucionais relativos à aplicação na manutenção e desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CF/88, EC n.º. 14/96, Leis Federais 9.394/96 e 9.424/96) e a aplicação nas ações e serviços públicos de saúde (Art. 198, § 2º, III, da CF).

### CAPITULO VIII DOS GASTOS MUNICIPAIS

**Art. 25.** Constituem gastos municipais aqueles destinados à aquisição de bens e serviços para o cumprimento dos objetivos do Município, bem como os compromissos de natureza social e financeira.





## Município de Canápolis - Prefeitura Municipal

Poder Executivo  
CNPJ N 18.457.200/0001-33

**Art. 26.** Os gastos municipais serão estimados por serviço mantido pelo Município, considerando-se, entretanto:

- I- as necessidades reais de cada órgão e/ou departamento administrativo municipal;
- II- a carga de trabalho estimada para o exercício, para o qual se elabora o orçamento;
- III- os fatores conjunturais que possam afetar a produtividade dos gastos;
- IV- os gastos com o pessoal, necessário a manutenção da máquina administrativa.

**Art. 27.** O Orçamento do Município conterà obrigatoriamente:

- I- recursos destinados ao pagamento dos serviços da dívida municipal;
- II- recursos destinados ao Poder Judiciário, para o cumprimento do que dispõe o art. 100 e seus parágrafos da Constituição da República e ao que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal;
- III- recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, resultante de impostos, bem como das transferências do Estado e da União, quando procedentes da mesma fonte, nos termos do art. 212 da Constituição Federal e demais legislações pertinentes;
- IV- recursos destinados aos programas de saneamento básico, preservação ambiental, pavimentação asfáltica em vias urbanas, construção de meios-fios e sarjetas, construção de rede pluvial, extensão de rede de energia elétrica, abertura e conservação de vias urbanas, construção de habitações populares e melhorias habitacionais, visando à melhoria da qualidade de vida da população;
- V- o Município aplicará nas ações de saúde, no mínimo 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158, 159, inciso I, alínea "b" e § 3º, todos da Constituição Federal;
- VI- recursos destinados a firmar convênios com entidades reconhecidas como de utilidade pública municipal e de interesse público;



## Município de Canápolis - Prefeitura Municipal

Poder Executivo  
CNPJ N 18.457.200/0001-33

**VII-** recursos destinados à Câmara Municipal de Canápolis, para cumprimento na íntegra do limite percentual estabelecido no Inciso I do Art. 29-A da Constituição Federal.

§1º. A despesa total do município não ultrapassará o montante da receita arrecadada.

§2º. Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso.

§3º. A inscrição de restos a pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa, nos termos da Lei Complementar nº. 101/2000.

§4º. O custeio, pelo Poder Executivo Municipal, de despesas de competência dos Estados, do Distrito Federal e da União, somente poderá ser realizado:

**I-** caso se refira a ações de competência comum dos referidos entes da Federação, previstas no art. 23 da Constituição Federal;

**II-** se houver expressa autorização em lei específica, detalhando o seu objeto; e

**III-** seja objeto de celebração de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congêneres.

### **CAPITULO IX DOS FUNDOS ESPECIAIS MUNICIPAIS**

**Art. 28.** Será elaborado para cada Fundo Especial Municipal um plano de aplicação, contendo:

**I-** fontes dos recursos, na qual serão indicadas as fontes dos recursos financeiros, determinado na Lei de criação, classificadas nas categorias econômicas de receitas correntes e receitas de capital;

**II-** aplicações, onde serão discriminadas:

**a)** as ações que serão desenvolvidas através do fundo;

**b)** os recursos destinados ao cumprimento de metas das ações classificadas sob as categorias econômicas de despesas correntes e despesas de capital.

**Parágrafo único.** Os planos de aplicação farão parte integrante do orçamento do Município.



# Município de Canápolis - Prefeitura Municipal

Poder Executivo  
CNPJ N 18.457.200/0001-33

## CAPITULO X DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 29.** A Lei do Orçamento não conterà dispositivo estranho à previsão da Receita e à fixação da Despesa.

**Art. 30.** A Administração Pública Municipal incluirá em seu orçamento dotação para pagamento de Precatórios Judiciários e Requisições de Pequeno Valor.

**Art. 31.** A concessão de auxílios e subvenções dependerá de autorização legislativa, através de lei específica, e somente será concedida a instituições cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelo órgão competente do Município e que:

I- tenha prestado contas da aplicação da ajuda anteriormente recebida;

II- tenha feito prova de regularidade do mandato de sua Diretoria.

§1º. A atribuição de subvenções obedecerá ao disposto nos artigos 16 a 19 da Lei nº. 4320/64, bem como as disposições da Lei 13.019/14, e limitar-se-á ao total da dotação consignada no orçamento do respectivo exercício.

§2º. Atendendo ao disposto do parágrafo 2º, do artigo 12, da Lei 4320/64, o orçamento para o exercício de 2018, não conterà contribuição/subvenção destinada a atender a manutenção de entidades sem fins lucrativos e que não sejam, legalmente, declaradas de utilidade pública pelo Município;

§3º. A liberação do recurso se dará mediante termo de fomento ou termo de colaboração celebrado entre o Município e a entidade beneficiária da subvenção ou contribuição, nos termos da Lei Federal nº 13019/14 e do decreto municipal que a regulamenta.

**Art. 32.** O orçamento fiscal abrangerá o Poder Executivo e Legislativo e será elaborado de conformidade com a Portaria nº. 42, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, evidenciando as políticas e programas do governo municipal, obedecidas na sua elaboração, os princípios de anualidade, unidade, equilíbrio, exclusividade e publicidade.



## Município de Canápolis - Prefeitura Municipal

Poder Executivo  
CNPJ N 18.457.200/0001-33

§1º. Os serviços municipais remunerados, inclusive as atividades de execução de obras públicas, das quais possam surgir valorizações nos imóveis, cujos custos serão recuperados pela contribuição de melhoria, buscarão o equilíbrio na gestão financeira, através da eficiência na utilização dos recursos que lhes forem consignados.

§2º. As estimativas dos gastos e das receitas dos serviços municipais remunerados ou não, se compatibilizarão com as respectivas políticas estabelecidas pelo governo municipal.

**Art. 33.** Na fixação dos gastos de capital para criação, expansão ou aperfeiçoamento de serviços já criados e ampliados a serem atribuídos aos órgãos municipais – com exclusão das amortizações de empréstimos – serão consideradas as prioridades e metas definidas nesta Lei, bem como a manutenção e o funcionamento dos serviços já implantados.

**Art. 34.** Serão consideradas de caráter irrelevante nos termos do artigo 16 da Lei Complementar nº. 101/2000, as despesas inferiores a 10% (dez por cento) do seu valor consignado no Orçamento Municipal.

**Art. 35.** A Lei Orçamentária para o exercício de 2018 contemplará recursos destinados a órgãos federais e estaduais, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social e segurança pública, mediante convênios, acordos, ajustes ou congêneres.

**Art. 36.** A Lei do Orçamento não consignará ajuda financeira, a qualquer título, à empresa de fins lucrativos.

**Art. 37.** A publicação da Lei Orçamentária de 2018, com os anexos da receita e detalhamento da despesa, será feita mediante afixação no quadro de editais do Paço Municipal, imediatamente após sua sanção.



## Município de Canápolis - Prefeitura Municipal

Poder Executivo  
CNPJ N 18.457.200/0001-33

**Art. 38.** A Lei de Orçamento conterá Reserva de Contingência, equivalente a 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista, apurada no exercício de 2018, para atender a despesas de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 39.** Caberá ao órgão incumbido pelo planejamento do Município a coordenação da elaboração dos orçamentos de que trata a presente Lei.

**Parágrafo único.** Ao Órgão de Planejamento do Município compete elaborar o calendário das atividades de execução do orçamento, devendo incluir reuniões com Secretários Municipais e assessores para discutir o orçamento fiscal, bem como a realização de audiência pública, objetivando incentivo à participação popular no planejamento municipal.

**Art. 40.** Quando a rede estadual de ensino fundamental e médio for insuficiente para atender a demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudo para o atendimento pela rede particular de ensino, nos termos do art. 213 da Constituição Federal.

**Art. 41.** As compras e contratações de obras e serviços serão realizadas, havendo disponibilidades orçamentárias e financeiras, precedidas do respectivo processo licitatório, quando exigível, nos termos da Lei nº. 8.666, de 21-06-1993, e legislação posterior.

**Art. 42.** O projeto da Lei Orçamentária do Município para o exercício financeiro de 2018 será encaminhado ao Poder Legislativo até 30 de setembro de 2017, e devolvido para sanção até o término da sessão legislativa.

**Art. 43.** O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária parcial até o dia 30 de agosto de 2017, de conformidade com a Emenda Constitucional de nº. 58/2009.



## Município de Canápolis - Prefeitura Municipal

Poder Executivo  
CNPJ N 18.457.200/0001-33

**Art. 44.** Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo, incumbirá do seguinte:

**I-** estabelecer programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso;

**II-** publicar até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, Relatório Resumido da Execução Orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações da Prefeitura;

**III-** a cada 6 (seis) meses, o Poder Executivo emitirá Relatório de Gestão Fiscal;

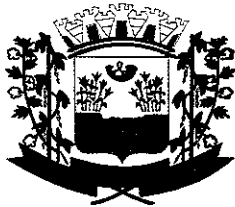
**IV-** o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento anual, prestação de contas anual e o respectivo parecer do Tribunal de Contas do Estado, serão amplamente divulgados ficando à disposição da comunidade;

**V-** o desembolso dos recursos financeiros, consignados à Câmara Municipal será feito até o dia 20 (vinte) de cada mês, de acordo com o que determina o inciso I, do Art. 29-A da Constituição Federal, ficando estabelecido o montante de 7% (sete por cento) da somatória da receita tributária e das transferências prevista no §5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício de 2017, de forma a obedecer às disposições contidas no inciso I do artigo 29-A da Emenda Constitucional nº. 58, de 23 de setembro de 2009;

**VI-** para fins de realização da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo Municipal, no prazo de até 3 (três) dias antes da audiência, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.

**Art. 45.** É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

**Art. 46.** Até 30 dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de Decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no artigo 8º, da Lei Complementar nº. 101/2000.



## Município de Canápolis - Prefeitura Municipal

Poder Executivo  
CNPJ N 18.457.200/0001-33

**Art. 47.** O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante às partes cuja alteração é proposta.

**Art. 48.** Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo.

**Art. 49.** Integram a presente Lei os seguintes anexos:

Anexo I – Metas Anuais;

Anexo II – Memória e Metodologia de Cálculo da Receita;

Anexo II.1 Memória e Metodologia de Cálculo da Despesa;

Anexo II.2 – Memória e Metodologia de Cálculo da Dívida e do Resultado Nominal;

Anexo II.2.1 – Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Anexo II.2.2 – Metas Fiscais Anuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

Anexo II.3 –Evolução do Patrimônio Líquido;

Anexo II.3.1 – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos com a Alienação de Ativos;

Anexo III – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Anexo III.1 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuando;

Anexo IV – Demonstrativo dos Riscos Fiscais e providências;

**Art. 50.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Canápolis/MG, 19 de junho de 2017.

  
**UALISSON CARVALHO SILVA**  
Prefeito

MUNICÍPIO DE CANÁPOLIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
ANO DE 2018

R\$ 1

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	(a)	(b)	(a/PIB)	(b)	(b/PIB)	(c)	Valor	(c/PIB)	
	Valor Corrente	Valor Corrente	x 100	Valor Corrente	x 100	Valor Corrente	Constante	x 100	
Receita Total	40.732.333	43.583.596	0,009%	43.583.596	0,010%	46.634.448	41.014.753	0,010%	
Receitas primárias (I)	39.780.291	42.564.911	0,009%	42.564.911	0,009%	45.544.455	40.056.110	0,010%	
Despesa Total	40.279.095	38.685.262	0,009%	43.098.631	0,009%	46.116.801	40.559.486	0,010%	
Despesas primárias (II)	40.001.852	38.418.990	0,009%	42.801.981	0,009%	45.799.385	40.280.320	0,010%	
Resultado Primário (I-II)	-221.561	-212.794	0,000%	-237.070	0,000%	-254.930	-224.210	0,000%	
Resultado Nominal	-213.640	-205.187	0,000%	-197.414	0,000%	-189.069	-166.286	0,000%	
Dívida Pública Consolidada	9.046.603	8.688.632	0,002%	8.786.603	0,002%	8.526.603	7.499.103	0,002%	
Dívida Consolidada Líquida	8.629.361	8.287.900	0,002%	8.431.947	0,002%	8.242.879	7.249.569	0,002%	
Receitas Primárias PPP (IV)	0	0	0,000%	0	0,000%	0	0	0,000%	
Despesas Primárias PPP (V)	0	0	0,000%	0	0,000%	0	0	0,000%	
Impacto do Saldo da PPP (IV-V)	0	0	0,000%	0	0,000%	0	0	0,000%	
Fonte:	Departamento de Administração e Finanças da Prefeitura.								

## NOTAS

Nota 1: O valor constante traz aos valores praticados, deduzido o índice inflacionário.

Nota 2: Resultado Nominal positivo indica crescimento da Dívida Fiscal Líquida do Município, enquanto que um Resultado Nominal negativo indica redução.

  
Ualisson Carvazio Silva  
Prefeito Municipal

Wendel Euripedes Silva  
Contador(a)  
CRC: MG-078806/O

Dionys Fabricio Soares Franco  
Controlador Interno  
0





MUNICÍPIO DE CANÁPOLIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DA DESPESA  
ANO DE 2018

R\$ 1

ESPECIFICAÇÃO	ESTIMATIVAS DA DESPESA							VARIÁVEL UTILIZADA
	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
<b>DESPESA CORRENTE (1)</b>	25.923.402	27.096.024	33.677.024	35.232.902	37.699.205	40.338.149		
Pessoal e encargos sociais	15.189.069	17.109.343	18.647.777	19.509.304	20.874.955	22.336.202		
Juros e encargos da dívida (2)	0	0	5.000	5.231	5.597	5.989	Projeção Despesa	
Outras despesas correntes	10.734.333	9.986.681	15.024.247	15.718.367	16.818.653	17.995.959	Ano 2018 = 2017 x (1+PIB+IPCA)	
<b>DESPESA DE CAPITAL (3)</b>	826.179	2.203.290	4.032.977	4.219.695	4.515.073	4.832.394	Ano 2019 = 2018 x (1+PIB+IPCA)	
Investimentos	691.141	2.093.024	3.728.136	3.900.375	4.173.402	4.465.540	Ano 2020 = 2019 x (1+PIB+IPCA)	
Inversões financeiras	70.343	0	44.841	47.307	50.619	55.428		
Amortização financeira (4)	64.694	110.266	260.000	272.012	291.053	311.427		
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (5)</b>	0	0	790.000	826.498	884.353	946.258		
Despesa Total (6=1+3+5)	26.749.580	29.299.314	38.500.000	40.279.095	43.098.631	46.116.801		
Despesa Primária (7=6-2-4)	26.684.886	29.189.048	38.235.000	40.001.852	42.801.981	45.799.385		

## NOTAS

Nota 1: A despesa dos exercícios de 2015 e 2016 é a realizada.  
Nota 2: A despesa do exercício de 2017 é a fixada atualizada da LOA 2017.  
Nota 3: Fonte informativos do PIB de Minas Gerais: Fundação João Pinheiro.

  
Ualisson Carvalho Silva  
Prefeito Municipal

Wendel Euripedes Silva  
Contador(a)  
CRC: MG-078806/O

Dionys Fabricio Soares Franco  
Controlador Interno  
0

MUNICÍPIO DE CANÁPOLIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DA RECEITA  
EXERCÍCIO DE 2018

R\$ 1

Especificação	ESTIMATIVA DAS RECEITAS						VARIÁVEL UTILIZADA NO CÁLCULO
	(a) 2015	(b) 2016	(c) 2017	(d) 2018	(e) 2019	(f) 2020	
<b>CORRENTE (1)</b>							
Recita Tributária	29.280.913,08	32.584.006,87	41.364.000,00	43.275.017	46.304.268	49.545.567	Recita
Recita de contribuições	1.858.081,13	2.148.019,32	4.311.719,00	4.510.920	4.826.685	5.164.553	Recita de 2018= Recita de 2017 * (1+PIB-IPCA)
Recita Patrimonial	2.697,60	488.838,21	500.000,00	523.100	559.717	598.897	Recita de 2019 = Recita de 2018 * (1+PIB-IPCA)
Rendimentos de AF (2)	732.937,59	185.647,20	710.000,00	742.802	794.798	850.434	Recita de 2020= Recita de 2019* (1+PIB+IPCA)
Demais receitas patr.	0,00	0,00	0,00	0	0	0	
Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0	0	0	Transferências de Capital:
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0	0	0	Expectativas do Poder Executivo com relação a
Recita de Serviços	2.223,51	1.785,51	41.000,00	42.894	45.897	49.110	assinatura de convênios com a União e o Estado.
Transferências correntes	26.520.664,51	29.638.635,22	35.568.981,00	37.212.268	39.817.127	42.604.326	
Cota FPM	9.819.174,77	11.296.033,60	12.110.000,00	12.669.482	13.556.346	14.505.290	
Cota ICMS	8.886.639,02	7.877.129,34	12.368.873,50	12.940.315	13.846.138	14.815.367	
Transf. do FNS	1.417.214,42	1.843.310,37	2.108.464,50	2.205.876	2.360.287	2.525.507	
Transf. do FNDE	466.048,05	353.705,12	684.910,00	716.553	766.712	820.381	
Transf. do FNAS	89.079,10	161.089,27	424.260,00	443.861	474.931	508.176	
Transf. do FUNDEB	3.005.079,85	3.223.711,86	4.708.000,00	4.925.510	5.270.295	5.639.216	
Transf. de Convênios	0,00	0,00	0,00	0	0	0	
Demais Transferências	2.837.429,30	4.883.635,66	3.164.473,00	3.310.672	3.542.419	3.790.388	
Outras receitas correntes	164.308,74	121.081,41	232.300,00	243.032	260.045	278.248	
<b>DE CAPITAL (3)</b>							
Operações de crédito (4)	635.478,90	322.753,60	2.156.000,00	2.709.240	2.898.887	3.101.809	
Alienação de bens (5)	0,00	0,00	0,00	0	0	0	
Amortização (6)	227.300,00	0,00	200.000,00	209.240	223.887	239.559	
Transferências Capital	408.178,90	322.753,60	1.956.000,00	2.500.000	2.675.000	2.862.250	
Outras receitas capital	0,00	0,00	0,00	0	0	0	
<b>DEDUÇÃO FUNDEB</b>							
Receita Total (7=1+3)	3.919.800,11	4.031.480,65	5.020.000,00	5.251.924	5.619.559	6.012.928	
Receita Primária (8=7-2-4-5-6)	25.996.591,87	28.875.279,82	38.500.000,00	40.732.333	43.583.596	46.634.448	
Receita Total (9=8-10)	25.036.354,28	28.889.632,62	37.590.000,00	39.780.291	42.564.911	45.544.455	

Fonte: Departamento de Administração e Finanças da Prefeitura

MUNICÍPIO DE CANÁPOLIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DA RECEITA  
EXERCÍCIO DE 2018

VARIÁVEIS	R\$ 1				FONTE
	2017	2018	2019	2019	
1. PIB de MG (R\$ bilhões)	451.491.000,00	453.748.000,00	456.016.000,00	456.016.000,00	Informativos do PIB de Minas Gerais: Fundação João Pinheiro
2. PIB (Crescimento em % anual)	0,50	2,50	2,50	2,50	Boletim Focus(Banco Central)
3. Taxa real de juro (média % anual)	-	-	-	-	- Não utilizado
4. Taxa de câmbio (R\$/US\$ no final do ano)	4,12	4,50	4,50	4,50	- Não utilizado
2. Inflação IPCA-IBGE (%)					Boletim Focus(Banco Central)

## NOTAS

Nota 1: A receita dos exercícios de 2015 e 2016 é a realizada.

Nota 2: A receita do exercício de 2017 é a estimativa atualizada da LOA 2017

Nota 3: Os valores das receitas que compõem a base de cálculo do FUNDEB foram discriminados na última linha antes dos totalizadores.

Nota 4: O PIB foi estimado de acordo com Banco Central 2016

Nota 5: Taxa de crescimento do PIB 2017, 2018 e 2019 de acordo com Banco Central

Nota 6: A inflação 2017 foi obtida de acordo levantamento banco central.

  
Ualisson Carvalho Silva  
Prefeito Municipal

Wendel Euripedes Silva  
Contador(a)  
CRC: MG-078806/O

Dionys Fabricio Soares Franco  
Controlador Interno  
0

MUNICÍPIO DE CANÁPOLIS  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
 ANO DE 2018

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	(a) Metas Previstas em 2016	% PIB	(b) Metas Realizadas em 2016	% PIB	Variação		R\$ 1
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100	
Receita Total	35.950.300	0,0088	28.875.280	0,0063	-7.075.020	-19,68	
Receitas primárias (I)	39.721.399	0,0097	28.689.633	0,0063	-11.031.766	-27,77	
Despesa Total	35.950.300	0,0088	29.299.314	0,0064	-6.650.986	-18,50	
Despesas primárias (II)	35.845.300	0,0088	29.189.048	0,0064	-6.656.252	-18,57	
Resultado Primário (I-II)	3.876.099	0,0009	-499.416	-0,0001	-4.375.514	-112,88	
Resultado Nominal	-660.437	-0,0002	6.226.523	0,0014	6.886.960	-1.042,79	
Dívida Pública Consolidada	10.193.218	0,0025	9.566.603	0,0021	-626.614	-6,15	
Dívida Consolidada Líquida	9.382.750	0,0023	9.600.172	0,0021	217.422	2,32	


FONTE - Metas Previstas: Receita Primária, Despesa Total, Despesa Primária - LOA 2016

Fonte - Metas Previstas: Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida - LDO 2016

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

R\$ 1	
PIB DE MG - 2016	VALOR
Previsto	409.600.000.000
Efetivo	458.042.000.000

Fonte: Fundação João Pinheiro



Ualisson Carvalho Silva  
 Prefeito Municipal

Wendel Euripedes Silva  
 Contador(a)  
 CRC-MG 065.699/O-1

Dionys Fabricio Soares Franco  
 Controlador Interno  
 0

MUNICÍPIO DE CANÁPOLIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS FISCAIS ANUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
ANO DE 2018

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso II)

R\$ 1

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	25.996.592	28.875.280	11,07	38.500.000	33,33	40.732.333	5,80	43.583.596	7,00	46.634.448	7,00
Receitas primárias (I)	25.036.354	28.689.633	14,59	37.590.000	31,02	39.780.291	5,83	42.564.911	7,00	45.544.455	7,00
Despesa Total	26.749.580	29.299.314	9,53	38.500.000	31,40	40.279.095	4,62	43.098.631	7,00	46.116.801	7,00
Despesas primárias (II)	26.684.886	29.189.048	9,38	38.235.000	30,99	40.001.852	4,62	42.801.981	7,00	45.799.385	7,00
Resultado Primário (I-II)	-1.648.532	-499.416	-69,71	-645.000	29	-221.561	-65,65	-237.070	7,00	-254.930	7,53
Resultado Nominal	103.191	6.226.523	5.933,99	-248.827	-104,00	-213.640	-14,14	-197.414	-7,60	-189.069	-4,23
Dívida Pública Consolidada	3.078.306	9.600.172	211,87	8.843.001	-7,89	8.629.361	-2,42	8.431.947	-2,29	8.526.603	1,12
Dívida Consolidada Líquida	2.865.305	9.091.828	217,31	8.843.001	-2,74	8.629.361	-2,42	8.431.947	-2,29	8.242.879	-2,24
											R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	24.967.914	27.732.693	11,07	36.492.891	31,59	39.120.566	7,20	40.056.465	2,39	41.014.753	2,39
Receitas primárias (I)	24.045.673	27.554.392	14,59	35.630.332	29,31	38.206.196	7,23	39.120.220	2,39	40.056.110	2,39
Despesa Total	25.691.107	28.139.949	9,53	36.492.891	29,68	38.685.262	6,01	39.610.747	2,39	40.559.486	2,40
Despesas primárias (II)	25.628.973	28.034.046	9,38	36.241.706	29,28	38.418.990	6,01	39.338.104	2,39	40.280.320	2,40
Resultado Primário (I-II)	-1.583.300	-479.654	-69,71	-611.374	27	-212.794	-65,19	-217.885	2,39	-224.210	2,90
Resultado Nominal	99.108	5.980.142	5.933,96	-248.827	-104,16	-205.187	-17,54	-181.438	-11,57	-166.286	-8,35
Dívida Pública Consolidada	2.956.499	9.220.297	211,87	8.843.001	-4,09	8.688.632	-1,75	8.075.522	-7,06	7.499.103	-7,14
Dívida Pública Líquida	2.751.926	8.732.067	217,31	8.843.001	1,27	8.287.900	-6,28	7.749.568	-6,50	7.249.569	-6,45

## MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO

IPCA-IBGE (%)	ANO	(%)
	2015	6,4100%
	2016	10,7600%
	2017	4,1200%
	2018	4,5000%
	2019	4,5000%
	2020	4,5000%

Fonte: www.ibge.gov.br e www.bcb.gov.br/PRELINF

Ualisson Carvalho Silva  
Prefeito Municipal


Wendel Euripeudes Silva  
Contador(a)  
CRC: MG-078806/O

Dionys Fabricio Soares Franco  
Controlador Interno  
0,00

MUNICÍPIO DE CANÁPOLIS  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FICAIS  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 ANO DE 2018

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016		2015		2014		R\$ 1	
		%		%		%		%
Patrimônio/Capital	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	9.827.847	100,00	8.797.708	100,00	8.563.392	100,00	8.563.392	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>9.827.847</b>	<b>100,00</b>	<b>8.797.708</b>	<b>100,00</b>	<b>8.563.392</b>	<b>100,00</b>	<b>8.563.392</b>	<b>100,00</b>
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>								
R\$ 1								
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016		2015		2014		R\$ 1	
		%		%		%		%
Patrimônio/Capital	0		0		0		0	
Reservas	0		0		0		0	
Resultado Acumulado	0		0		0		0	
<b>TOTAL</b>								
FONTE: Departamento de Finanças e Contabilidade da Prefeitura e Balanço Patrimonial								
NOTAS								

  
 Ualisson Caryalho Silva  
 Prefeito-Municipal

Wendel Euripedes Silva  
 Contador(a)  
 CRC: MG-078806/0

Dionys Fabricio Soares Franco  
 Controlador Interno

0

MUNICÍPIO DE CANÁPOLIS  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
 ANO DE 2018

AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III)

	(a) 2016	(d) 2015	(e) 2014	R\$ 1
<b>RECEITAS REALIZADAS</b>				
<b>RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)</b>				
Alienação de bens móveis	0	227.300		268.910
Alienação de bens imóveis	0	137.200		268.910
	0	90.100		0
<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>				
	(b) 2016	(e) 2015	(h) 2014	
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b>				
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	175.370	154.372		254.500
Investimentos	175.370	154.372		254.500
Inversões financeiras	0	154.372		254.500
Amortização de dívida	0	0		0
<b>DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>	0	0		0
Regime Geral de Previdência Social	0	0		0
Regime Próprio de Previdência Social	0	0		0
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	(c) = (a-b) + (f) 2016	(f) = (d - e) + (i) 2015	(i) = (g - h) + (j) 2014	
<b>VALOR (III)</b>	0	175.370		102.442

NOTAS

Letra (j) se refere ao Saldo Financeiro do Exercício de 2013:

Ualisson Carvalho Silva  
 Prefeito Municipal

Wendel Euripedes Silva  
 Contador(a)  
 CRC: MG-078806/O

Dionys Fabricio Soares Franco  
 Controlador Interno  
 0



MUNICÍPIO DE CANÁPOLIS  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
 ANO DE 2018

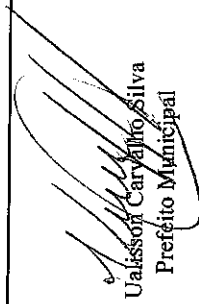
AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso V)

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			R\$ 1,00
			2018	2019	2020	
						COMPENSAÇÃO

FONTE:

NOTAS

Não há previsão de renúncia de receita



Ualisson Carvalho Silva  
 Prefeito Municipal

Wendel Euripedes Silva  
 Contador(a)  
 CRC: MG-078806/O

Dionys Fabricio Soares Franco  
 Controlador Interno  
 0

MUNICÍPIO DE CANÁPOLIS  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**MARGEM DE EXPANSÃO DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
 ANO DE 2018

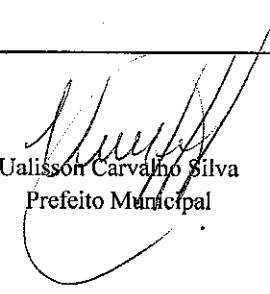
AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso V)

R\$ 1

EVENTO	VALOR PREVISTO PARA 2018
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências constitucionais	
(-) Transferências do FUNDEB	
<b>SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)</b>	
Redução Permanente da Despesa (II)	
<b>MARGEM BRUTA (III) = (I + II)</b>	
Saldo utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC)	
Novas Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC) por PPP	
<b>MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC (III - IV)</b>	

## Notas

Sem Previsões de aumento de Despesa Continuada.



Ualisson Carvalho Silva  
 Prefeito Municipal

Wendel Euripedes Silva  
 Contador(a)  
 CRC: MG-078806/O


Dionys Fabricio Soares Franco  
 Controlador Interno

MUNICÍPIO DE CANÁPOLIS  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
 ANO DE 2018

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ 1

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
<b>ORÇAMENTÁRIOS</b>		<b>USO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	826.498
Frustração da arrecadação	0	- Não realização de despesas destinadas à realização de obras, cuja fonte de recurso seja a transferência de convênios.	0
Subestimação de despesa	-	-	-
Situações de calamidade pública	126.498	-	-
Outros riscos orçamentários	700.000	<b>REDUÇÃO DE DESPESAS</b>	-
	-	-	-
<b>GESTÃO DA DÍVIDA</b>		-	-
Variações nas taxas de juros/câmbio	-	<b>OUTRAS PROVIDÊNCIAS</b>	-
Dívidas sob julgamento	-	-	-
Outros riscos de gestão de dívida	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>826.498</b>	<b>TOTAL</b>	<b>826.498</b>
FONTE: Setor contábil da prefeitura.			
<b>NOTAS</b>			

  
 Ualisson Carvalho Silva  
 Prefeito Municipal

Wendel Euripedes Silva  
 Contador(a)  
 CRC: MG-078806/O

Dionys Fabricio Soares Franco  
 Controlador Interno